

Igrejas defendem nova moratória da dívida externa

8661 JUL 1998

Em 10 de dezembro haverá tribunal e julgamento do débito do Brasil

A 3ª Semana Social foi encerrada com duras críticas ao Governo Federal

Representantes das diversas igrejas cristãs brasileiras, com o apoio de entidades e movimentos da sociedade civil, defenderam ontem uma nova moratória da dívida externa e a interrupção da política de abertura da economia conduzida pelo Governo federal. Essas são algumas das diretrizes traçadas durante a 3ª Semana Social Brasileira, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) e pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), para discutir o impacto social do crescimento da dívida externa brasileira.

No documento formalizado ontem, as entidades que participaram do encontro formalizaram a estratégia desejável para resolver o endividamento externo do País: a interrupção da atual política econômico-financeira de atração de capitais externos; uma ampla auditoria do estoque da dívida externa brasileira; o cancelamento de parte da dívida pública, identificada como "ilegítima e injusta"; a criação de limites orçamentários para os gastos com o pagamento de serviços e amortização das dívi-

das - priorizando as políticas sociais e ecológicas, e o estabelecimento de mecanismos de controle para a sociedade acompanhar o processo de endividamento da União, Estados e municípios.

Tribunal

Ficou definido, ainda, o apoio à realização de um tribunal para o julgamento de toda a dívida externa brasileira. Esse modelo de discussão foi colocado ontem, durante o encontro, pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque (PT), e endossado por um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile. O líder do MST marcou o evento para 10 de dezembro.

"O que significa mandar bilhões de dólares para o exterior em pagamento de uma dívida, quando não se tem dinheiro para colocar em políticas sociais no Brasil?", disse o representante da CNBB, dom Demétrio Vicentini. "A dívida externa faz parte de um projeto econômico calcado na dependência". O não-pagamento da dívida externa, explicou, estaria condicionado à incapacidade do Estado em custear, também, políticas sociais que garantissem a "dignidade" da população.

A 3ª Semana Social Brasileira foi encerrada em meio a duras críticas ao Governo federal, que condiciona o desenvolvimento econômico brasileiro à entrada de capital externo no País. "O discurso do Governo é uma falácia, está ideologicamente afinado com os interesses internacionais", afirmou o economista Guilherme Delgado, responsável pela elaboração do documento divulgado ontem. "O País não cresceu, apesar da abertura desenfreada da economia", acrescentou.

Críticas não são eleitoreiras

No encerramento da 3ª Semana Social Brasil, realizada na cidade satélite do Paranoá, dom Demétrio Vicentini foi ainda mais crítico. Segundo ele, o Brasil vive um ciclo de expansão da dívida externa, "com todos os ônus, mas sem nenhum bônus". "A desnacionalização da economia é um fato que salta aos olhos", disse dom Demétrio. "Nós não estamos defendendo que se feche completamente a economia brasileira; isso seria uma estultice", afirmou o representante dos evangélicos, Jether Ramalho. "Mas é preciso criar critérios que preservem a soberania e os interesses nacionais neste processo", acrescentou.

O ideal, concordaram, é que a entrada de capital estrangeiro no País seja severamente regulamentada. "Em países como o Chile, por exemplo, o dinheiro pode entrar, mas tem de permanecer no país por um prazo mínimo de 40 dias", ilustrou Ramalho.

Além do descontrole sobre os capitais especulativos, os representantes das igrejas cristãs criticaram o processo de privatização conduzido pelo Governo, endossando o coro da oposição, que questiona o valor das empresas estatais em processo de venda e a demora na formação dos órgãos reguladores.

Leilão

A poucos dias da realização do leilão do Sistema Telecomunicações Brasilei-

ras (Telebrás), eles foram veementes ao defender a realização de auditorias e a suspensão da venda de empresas estratégicas. "Para que tanta pressa em vender?", questionou d. Demétrio, lembrando o impacto que essa privatização terá sobre a economia nacional.

Os representantes das igrejas cristãs fizeram questão de ressaltar que as discussões em torno da dívida externa e as críticas contundentes à conjuntura

econômica do País não estão associadas ao calendário eleitoral, nem serão formalizadas em apoio a candidatos de oposição.

Ética

"Discutir assuntos como este é um dever

ético da igreja, transcende as eleições", comentou dom Demétrio. "Queremos ajudar a população a entender a situação para poder pressionar o Governo para que não se repita os mesmos processos do passado".

Dirigente da CNBB de Jales, interior de São Paulo, dom Demétrio adiantou que, no período entre os dias 4 e 8, outro evento será realizado em Itaipu, para discutir as "dívidas sociais" brasileiras. Da Semana Social, será tirada uma carta com análises e propostas sobre os principais problemas sociais do País, que será entregue a todos os candidatos à Presidência da República neste ano. "Eles é que vão decidir se acatarão ou não alguma de nossas ponderações."

◀◀ **Discutir
assuntos
como este é
um dever
ético da
Igreja.
Transcende
as eleições** ▶▶

Dom Demétrio